

**Tecnologia, inovação e sustentabilidade:
50 anos de Cursos de Tecnologia no Brasil.****Educação Profissional e Tecnológica frente aos desafios para
inserção sociolaboral dos jovens: uma análise estatística**Elza Cedro de Andrade¹, Marcia Vieira Rodrigues²

Resumo - Este artigo apresenta dados de 2019 da Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua – PNAD, acerca das reais Condições de estudo e Situações de ocupação de pessoas entre 15 e 29 anos, para análise aprofundada do status de formação inicial desses jovens e das implicações sociais e econômicas que dificultam a continuidade de seus estudos, de seus ingressos em cursos da educação profissional técnica de nível médio e tecnológica, de escolha de suas carreiras e de suas entradas no mercado de trabalho. São revisadas as metas 3, 10, 11 e 12 do PNE, com vistas à expansão das taxas de matrículas e do alinhamento das instituições de ensino desse segmento às políticas educacionais nacionais e internacionais, na era da transformação digital.

Palavras-chave: Estatísticas, Educação Profissional Tecnológica, Mercado de trabalho, Carreira.

Abstract - This article presents data from 2019 of the Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua – PNAD - on the real conditions of study and situation of people between 15 and 29 years old, for the in-depth analysis of the state of initial formation and the social and political issues that hinder the continuity of their studies, their entry into the professional and technological education courses, their choices of careers and their entries into the job market. The goals of PNE 03, 10, 11 and 12 are reviewed, in order to expanding enrollment rates and aligning educational institutions with the national and international educational policies in the age of digital transformation.

Keywords: Statistics, Professional and Technological Education, Labor market, Career.

¹ Professora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Mestrando em Educação pela UNIFESP – elzacedro@gmail.com

² Professora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Especialista em Psicopedagogia pela UNINOVE. marcia.rodrigues31@etec.sp.gov.br

1. Introdução

Há dificuldade de atendimento à juventude no Brasil, no que diz respeito à sua trajetória educacional da Educação Básica à Educação Profissional e Tecnológica – EPT. Muitos jovens encontram muitos empecilhos em dar continuidade aos seus estudos, muitas vezes por vivenciarem outras prioridades, por não encontrarem perspectivas futuras ou por não se sentirem estimulados por um ensino atraente, que lhes dê condições de persistir no trajeto escolar e ingressar no mercado de trabalho de modo atuante, significativo e que lhes dê condições cidadãs autônomas e emancipadoras. Ter reconhecidos seus direitos, permite o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas, para seus benefícios próprios, de suas comunidades, cidades e regiões do país, as quais fazem parte.

O Estatuto da Juventude - Lei 12.852/13 – dispõe sobre as diretrizes das políticas públicas de juventude, especialmente direcionadas às pessoas entre 15 e 29 anos. Uma vez definidas as obrigações do Estado para com esse grupo, **é reconhecido no documento o papel estratégico que essa população possui frente ao desenvolvimento do país.** A lei da qual é tratado esse tema nos apresenta os direitos garantidos desses jovens em todos os âmbitos sociais, dos quais podem ser destacados, nesse artigo, o direito à educação, à profissionalização e ao trabalho e à renda.

Os princípios observados nesse Estatuto dizem respeito à promoção da autonomia e emancipação dos jovens, assim como a promoção do bem-estar, da criatividade, de seu desenvolvimento integral, além da valorização e reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares.

Em seu artigo 9º do Estatuto da Juventude é encontrada a diretriz para o atendimento dessa população de 15 a 29 anos, no que diz respeito à Educação Profissional:

Art. 9º O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente (ESTATUTO DA JUVENTUDE, p. 18).

Nesse contexto de reconhecimento do papel estratégico desses jovens no seus autodesenvolvimentos, de sua comunidade e país, direciona uma reflexão acerca de sua formação na modalidade de educação profissional e tecnológica, como uma forma de alcance dessas metas governamentais e de suas perspectivas sociolaborais.

Atualmente, nossa LDB 9394/96 define a educação profissional e tecnológica – EPT - nas modalidades de qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica e de pós-graduação. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep (2019, p. 05), essa modalidade de ensino

tem ocupado um lugar proeminente na agenda educacional brasileira. Um conjunto de políticas promovidas pelo Ministério da Educação – MEC – correspondeu à existência de uma expressiva demanda social por EPT no país, dessa forma, a população passou a considerar a EPT uma possibilidade para a transição do sistema educacional ao mundo do trabalho.

Trazer esse debate para a era da transformação digital, permite relevantes reflexões acerca das relações educacionais e do mercado de trabalho no Brasil e no mundo, no que diz respeito a seus dados de formação técnica e de ranqueamento, em relação a outros países que buscam maior cooperação e desenvolvimento econômico de suas nações e, conseqüente, atratividade e maior abrangência, significados da capacitação e formação para a indústria, de seus setores produtivos e de desenvolvimentos tecnológicos, para a ampla globalização e acesso de seus negócios, numa perspectiva crítica cidadã e de sustentabilidade social.

Reconhecer o papel da educação profissional e tecnológica na complementação da educação básica e superior, de jovens de 15 a 29 anos, introduz a possibilidade de escolha de diferentes trajetórias e expansão da jornada escolar, com vistas a uma formação universal, de qualidade, de atendimento a todas as classes sociais, sexo, cor e raças, de alcance às adversidades culturais e de inclusão humana na esfera mercadológica.

2. Referencial Teórico

O referencial teórico de âmbito federal, aqui selecionado, aborda a análise de dados estatísticos essenciais, divulgados pela Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua – PNAD - IBGE, de total relevância para o conhecimento da trajetória da educação básica do público jovem no ensino profissional tecnológico.

Os dados levantados na pesquisa podem ser confrontados com as diretrizes curriculares nacionais e as metas do Plano Nacional de Educação – 2014-2024, que fomentam a expansão de matrículas no EPT e visam à garantia de oferta desses cursos em todo o território nacional, de modo que possa facilitar, ainda, a melhor evolução e colocação do Brasil no quadro internacional, em consonância com a LDBN 9394/96 e às leis regidas pelo Estatuto da Juventude.

3. Método

Para a elaboração desse trabalho, foi feita pesquisa bibliográfica acerca das estatísticas da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, com ênfase na apresentação de dados da formação de jovens de 15 a 29 anos.

Foram revisadas as metas 3, 10, 11 e 12 do Plano Nacional da Educação para análise das propostas existentes na educação para o período de 2014-2014.

Buscou-se, ainda, na literatura, instrumentos legais de verificação das políticas públicas que regem essa população, para verificação da amplitude desse questionamento nos âmbitos educacionais e de atendimento ao mercado de trabalho, para retratação da formação de jovens, num contexto de demanda social, cidadã e de atendimento ao mercado de trabalho.

4. Resultados e Discussão

A verificação da trajetória dos jovens rumo à educação profissional e tecnológica é um indicador importante para se compreender a complexidade da evolução escolar no Brasil e, também, para que se possa buscar uma aprimorada manutenção da tomada de decisões dos órgãos desse segmento, ou seja, de instituições de formação profissional do país, em atendimento às políticas públicas nacionais, em sua totalidade, e às perspectivas existentes de alcance de melhores indicadores mundiais.

4.1. Desafios da trajetória dos jovens da educação básica à EPT

Segundo dados de 2018 do módulo de **Educação da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua – (PNAD – Contínua)** publicados em junho de 2019, **no Brasil, 24,3 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos** não haviam concluído a educação básica obrigatória, **não frequentavam escola ou algum curso da educação profissional ou o pré-vestibular**. Desde 2016, os dados são similares e preocupantes. Desse número, 23% dessas pessoas não estudavam e nem trabalhavam e, quando se verificam as motivações para não se dar continuidade aos estudos, constata-se que são muitas as implicações, como trabalho ou a busca por esse, além da necessidade de muitas mulheres se ocuparem em afazeres domésticos e, tanto para homens como mulheres, há, também, o fator **não interesse em estudar ou se qualificar**.

Uma outra justificativa apontada na pesquisa para o não prosseguimento nos estudos foi a falta de recursos para se pagar despesas ligadas à educação, como alimentação, transporte e materiais escolares. O que significa que, mesmo quando se tem a oferta de ensino, há, ainda, muitas questões a serem debatidas que implicam no sucesso da universalização e democratização do ensino, para que esse seja de fato alcançado e estendido a todos.

Conforme mostra a Figura 1, abaixo, existe um número bastante reduzido de jovens em **Condições de estudo** (Escola, Pré-vestibular, Técnico de nível Médio ou em Qualificação Profissional) e em **Situação de Ocupação** (trabalhando).

Segundo especialistas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2019, p. 12):

É importante ressaltar que elevar a instrução e a qualificação de jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do país. Além disso, especialmente em um contexto econômico desfavorável, elevar a escolaridade dos jovens e ampliar sua qualificação pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, reduzir empregos de baixa qualidade e a alta rotatividade.

Figura 1 – Distribuição de jovens por condições de estudo e situação de ocupação



Fonte: IBGE – Pesquisa PNAD – 2017-2018.

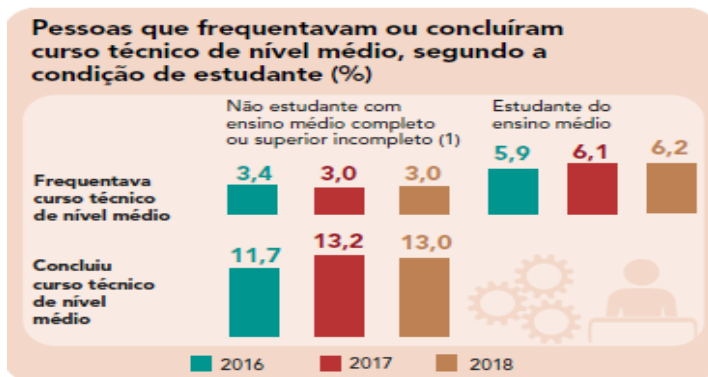
Ao se verificar o grupo de pessoas mais novas, de 15 a 17 anos, em idade escolar obrigatória, 78,9% dos entrevistados exclusivamente estudavam, e apenas 10,7% estudavam e trabalhavam. Já no grupo intermediário de 18 a 24 anos, 34,2% dos entrevistados apenas trabalhavam e não mais estudavam, e 27,7% não estudavam nem trabalhavam. Para o grupo mais velho de 25 a 29 anos, 57,3% dos entrevistados exerciam ocupação de trabalho mas não estudavam, e 25,7% não trabalhavam nem estudavam, dado considerado alto para uma geração tida como escolarizada, pertencente à atual sociedade do conhecimento digital e tecnológico, mas que, hoje, vivencia um período econômico bastante desfavorável.

Um jovem que está ocupado, porém não está estudando, traz um importante questionamento acerca de suas reais condições de trabalho, que diz respeito ao duvidoso quadro de sua atuação laboral. Sem uma formação específica em uma área previamente escolhida, dificilmente poderá atuar em atividades bem remuneradas, estáveis, que dão reconhecimento profissional e com um plano de carreira consideravelmente atrativo, quando, na prática, o que se tem é um enfoque muito maior de ação operacional do que de valor cognitivo e de elevação intelectual.

Comentado [1]: Pequena reestruturação

Comentado [W2R1]:

Figura 2 – Taxa de frequência e conclusão de técnico de nível médio



Fonte: IBGE – Pesquisa PNAD – 2017-2018.

Conforme apresentado na Figura 2, acima, em relação à Frequência à **Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM**, foram levantados 9,3 milhões de estudantes no ensino médio em 2018 (regular ou EJA), dos quais **apenas 6,2% frequentavam curso de nível médio técnico (num total de 580 mil pessoas), 3% frequentava curso técnico de nível médio e somente 13% pôde concluir esta etapa profissionalizante.**

Em relação à frequência à educação profissional na modalidade **graduação tecnológica**, que se refere, também, à educação do ensino superior de graduação, porém, com duração menor de 02 a 03 anos e diploma de tecnólogo, de 8,5 milhões de estudantes do ensino superior, **somente 8,5% (724 mil) frequentavam cursos tecnológicos.**

De modo geral, o atraso escolar e a evasão, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, impedem que jovens deem continuidade em seus estudos nos cursos técnicos e de formação de graduação tecnológica, o que afasta os jovens da possibilidade de aprendizagens de novas carreiras, definição de suas habilidades e competências profissionais, além de os colocarem em condições precárias de trabalho, renda e, ainda, de instável e deplorável status social.

Será a análise desses dados e compreensão dos fatores de motivação desses jovens que se poderá tentar compreender e buscar uma maior demanda desse público esperado, para seus enquadramentos nessa modalidade de ensino.

4.2. A importância da educação profissional e tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica – EPT, segundo o Texto para Discussão 45 do Inep (2019, p. 10), é considerada um meio para a transição do sistema educacional ao mundo do trabalho, como afirma Schwartzmann (2016, p. 17-18):

Se, no passado, a educação profissional era vista como uma alternativa de segunda classe para os jovens que não conseguiam ingressar nas escolas secundárias acadêmicas, hoje ela é buscada como uma opção de igual ou maior valor, tanto pelas oportunidades mais imediatas de trabalho que proporciona, como pela experiência prática e possibilidade de continuar estudando e desenvolvendo-se ao longo da vida, adaptando-se às inevitáveis mudanças que continuarão ocorrendo no mercado de trabalho.

Um jovem que no meio de seu trajeto escolar não vê perspectivas em dar continuidade ao nível médio, conseqüentemente não terá condições de concluir essa etapa da educação básica, nem de ingressar em um curso de formação profissional (que pode ser feito durante ou após o cumprimento desse nível escolar). Não estar trabalhando e nem estudando elimina ainda mais todas as possibilidades desses jovens de fazerem planos futuros, o que os deixa sob as estatísticas do desemprego, à mercê de um subemprego ou perante um quadro de total instabilidade profissional e de inacessibilidade às novas tecnologias e ferramentas de trabalho.

4.3. Das metas do Plano Nacional da Educação – PNE 2014-2024

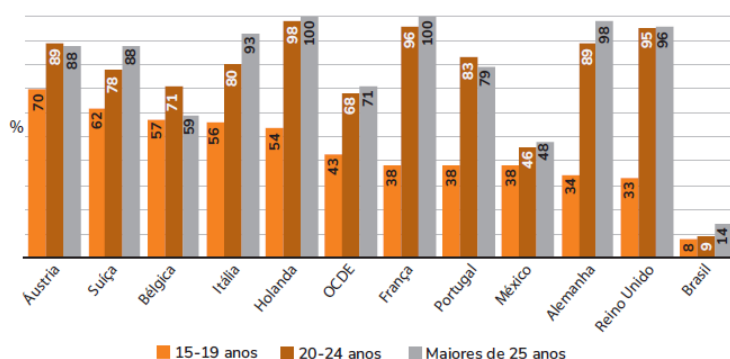
As metas 3, 10, 11 e 12 do Plano Nacional da Educação 2014-2024 fazem respectivamente referências à **universalização do ensino médio**, à **educação profissional nas modalidades EJA integrada à EP** (com proposta de oferta de no mínimo 25% das matrículas), à **Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM** (com proposta de se triplicar as matrículas dessa modalidade e expansão de 50% do segmento público) e à **Educação Superior** (em que também se insere a graduação tecnológica, com previsão de aumento de 50% da taxa de matrícula e expansão de 40% da taxa de novas matrículas no segmento público dessa formação).

Em relação aos dados apresentados nos gráficos e a observação às metas do PNE, reforça-se a necessidade de se ampliar estratégias para atingimento destas propostas. Buscar elevar a taxa de matrícula dessas modalidades de cursos requer, antes de tudo, que se verifique metodologias de fomento da formação na educação básica com vistas à continuidade dessa na educação profissional e, principalmente, inserção desses educandos no mercado de trabalho, condição mínima para garantia de obtenção de qualidade de vida, realização de plenitude social e econômica, de significação pessoal e de amplitude da dignidade humana.

É preciso compreender os dados publicados pela PNAD, no sentido de se avaliar o desempenho social e econômico da sociedade brasileira em comparação a outros países do mundo.

Os dados apresentados, abaixo, na Figura 3, apresentam a posição do Brasil em oferta de educação profissional, que está na última colocação em relação a outros países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que é ratificado o atraso tecnológico e educacional brasileiro frente a essa realidade de perspectiva internacional.

Figura 3: Dados internacionais de matrículas em cursos técnicos



Fonte: INEP 2019 – Dados OCDE 2017

Há ainda que se analisar os motivos que bloqueiam e desfavorecem a continuidade dos estudos e de ocupação (trabalho) desses jovens, que são justificados por diferenças regionais, de desigualdades sociais e de ordem econômica. Buscar maior atratividade, ampliação de vagas e ampla disseminação dos cursos da educação profissional e tecnológica, pode ser um fator de motivação, idealização de metas futuras e de resgate de maior interesse e procura desse público por essa modalidade.

Ao observarmos a figura 4, abaixo, podemos notar um aumento na demanda de matrículas na educação profissional técnica de nível médio, nas redes públicas e privadas no Brasil, de 2016 a 2018, porém, é possível se constatar os embates nas desigualdades regionais existentes na Educação Brasileira.

Se observada cada região e verificados seus estados isoladamente deparamo-nos com disparidades assustadoras, que remetem-nos à reflexão de que não há equiparação de direitos educacionais nem tampouco uniformidade nas políticas estaduais para obtenção de resultados sustentáveis e de amplitude nacional.

Figura 4 – Matrículas Brasil e regiões na EPTNM

Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Matrículas nas redes pública e privada
 Brasil e regiões – 2016-2018

Região	2016			2017			2018		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Brasil	1.775.324	1.033.464	741.860	1.791.806	1.055.763	736.043	1.868.917	1.116.469	752.448
Norte	107.461	62.525	44.936	106.379	63.940	42.439	122.241	75.813	46.428
Nordeste	451.508	311.568	139.940	487.045	342.836	144.209	524.656	374.421	150.235
Sudeste	804.323	406.536	397.787	806.210	400.040	406.170	811.879	405.413	406.466
Sul	310.105	190.859	119.246	302.258	194.805	107.453	315.813	200.227	115.586
Centro-Oeste	101.927	61.976	39.951	89.914	54.142	35.772	94.328	60.595	33.733

Fonte: IBGE – Pesquisa PNAD – 2017-2018.

A análise por região é, sem dúvida, um fator essencial para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de maneira equitativa, uma vez que o sistema público escolar brasileiro reproduz diversas formas de desigualdades sociais. Será pela observação individualizada de áreas e regiões no mapa e suas especificidades estatísticas, que se poderá fazer tratativas locais com planos de ação tidos como singularizados, mas preocupados com uma equiparação globalizada, em âmbito federal e não apenas de modo individualizado, desmembrado dos demais resultados, como são percebidos hoje.

5. Considerações finais

Compreender e tentar atrair a demanda de jovens não ocupados e sem condições de estudo e de jovens ocupados, mas que estão fora da escola, colocando-os em condições ativas e atrativas de competição por vagas existentes e que podem vir a surgir, em atendimento às políticas de expansão dessas matrículas, certamente poderá facilitar e nortear caminhos a serem percorridos para a obtenção de uma gestão democrática educacional e de inclusão de jovens, num

contexto de formação humana, crítica e cidadã, como acrescenta Paulo Freire (1979. p. 48):

Numa era cada vez mais tecnológica como a nossa, será menos instrumental uma educação que despreze a preparação técnica do homem, como a que, dominada pela ansiedade de especialização, esqueça-se de sua humanização.

Contribuir na busca de obtenção de estatísticas favoráveis que digam respeito à ampliação de matrículas e conclusão dos cursos de formação profissional e tecnológica, será, sem dúvida, primordial para a formação e desenvolvimento profissional de jovens de 15 a 29 anos, que estão em situação desfavorável de competição de mercado e carecem de serem inseridos num contexto laboral transformador e de inclusão tecnológica na economia mundial, para fins de sua autonomia e alcance de patamares condizentes com sua máxima dignidade humana.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude.**

Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: educação e qualificação profissional: 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **As estatísticas da educação profissional e tecnológica: silêncios entre os números da formação de trabalhadores** – Brasília: Inep, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plano Nacional de Educação –PNE.** Brasília, DF, 26 de junho de 2014.

BRASIL. **Lei 9394/96, de 20/12/1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação Média Profissional do Brasil: situações e caminhos.** São Paulo: Fundação Santillana, 2016.